

Jornal 30 de Agosto

Edição Pedagógica

Jornal da APP-Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Paraná



**“Todos esses que aí estão
Atravancando meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho!”**

Poeminha do Contra | Mario Quintana

Ano XXXVI
Edição Especial
FEVEREIRO 2026

Acesse esta edição
pelo seu celular:



EDITORIAL

Quando eles passarem

O voo esperançoso, coletivo e organizado para as mudanças na educação pública do Paraná

Eles passarão Nós passarinhos

(Adaptação de Mário Quintana)

Estamos em 2026. O ano de 2025 ficou para trás. Assim como ficou para trás o sétimo ano do governo Ratinho Junior. Falar que foi um ano difícil é lugar comum. Desde 2019, a política educacional do governo do Paraná segue um roteiro determinado: centralização, padronização pedagógica, gestão por metas, plataformas digitais impostas, esvaziamento da autonomia docente e crescente precarização do trabalho nas escolas públicas.

Mas, infelizmente, o ano de 2025 ficará marcado também pela morte de companheiras e companheiros levadas(os) ao limite da exaustão e ao limite da própria vida. Professoras(es) hospitalizadas(os) se viram obrigadas(os) a participar de cursos on-line, redução de salários para professoras em licença maternidade e aproximadamente 8 mil educadoras(es) afastadas(os) por problemas de saúde men-

tal. Esta é a faceta mais cruel da atual política, da necropolítica aplicada por Ratinho e seus asseclas: Renato Feder e Roni Miranda.

Quando a escola é reduzida a números, indicadores e protocolos, o que se produz não é qualidade, mas alienação pedagógica: professoras(es) afastadas(os) do sentido do seu trabalho, estudantes tratadas(os) como dados, comunidades excluídas das decisões que lhes dizem respeito. O mal-estar e o adoecimento, cotidianamente presentes nas escolas públicas, são resultado de um projeto político que nega a vida e rouba-nos a esperança.

A esperança como prontidão! - O "Poeminho do Contra", de Mário Quintana, torna-se um manual de insurreição. Ele nos diz que a verdadeira esperança não está em acreditar que quem oprime passará, mas em cultivar a agilidade e a coragem do "passarinho", para estar pronto para o momento do voo. É o juntar da utopia com a urgência, do sonho com a ação. A esperança não é apenas a crença em um final feliz, mas a responsabilidade de reconhecer

e agir no "tempo-de-agora", o tempo em que a redenção é possível. O voo do passarinho não é um simples sobrevoar. É o agir que irrompe o contínuo da história em seu instante necessário, o ponto de ruptura no fluxo cronológico.

E é por isso que 2026 importa. Não como resignação, de quem espera o final deste governo, de alívio das situações, mas, essencialmente, como tempo de disputa. As eleições de 2026 para o governo do Paraná se revelam como um "tempo-de-agora", para interromper o avanço da precarização e disputar os rumos da educação. Não se trata apenas de trocar governante e deputadas(os), mas de escolha de projetos políticos que estejam alinhados com as demandas históricas da educação pública e suas(seus) trabalhadoras(es) no Paraná.

O que se impõe a todas(os) que defendem a educação pública no Paraná é a transformação da resistência cotidiana em práxis política eleitoral. É canalizar a indignação das salas de aula e a esperança das mobilizações em um movimento consciente, como foi o movimento Não Venda a

Minha Escola. A esmagadora rejeição das comunidades escolares à privatização das escolas, organizadas coletivamente, aponta para um futuro possível: uma educação pública, democrática e valorizada.

É preciso ser um voo coletivo e de ruptura deste tempo contínuo que nos sufoca, de encerramento da necropolítica, das(os) modernizantes e seus projetos que negam a vida das pessoas. Faz-se necessário construir a resistência organizada e cotidiana. É guerra de posições, como diria Gramsci! É transformar indignação em práxis coletiva, debate público, organização docente e participação social. Ir para a disputa nas eleições!

E que venha um governo comprometido com a revogação das políticas de terceirização, de privatização, de militarização de escolas e da obrigação do uso das plataformas educacionais, com a valorização real das(os) profissionais da educação e com a gestão democrática.

Walkiria Olegário Mazeto
Presidenta da APP-Sindicato

EXPEDIENTE

APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filial à CUT e à CNTE.

Av. Iguaçu, 880, Rebouças, Curitiba / PR - CEP 80.230-020 - Tel.: (41) 2170-2500.

Gestão APP Sempre Na Luta – Em Defesa da Escola Pública (2025 a 2029): Walkiria Olegário Mazeto [Presidenta], Natália dos Santos Silva [Secretária Geral], Élio da Silva [Secretário de Finanças], Margleyse Adriana dos Santos [Secretária de Administração e Patrimônio], Elisa Maria Neiva de Lima Muller [Secretária de Aposentados(as)], Celso José dos Santos [Secretário de Assuntos Municipais], Antônio Marcos Rodrigues Gonçalves [Secretário Executivo de Assuntos Municipais], Aparecida Reis Barbosa [Secretária Educacional], Vandrê Alexandre Benedito da Silva [Secretário Executivo Educacional], Sidineiva Gonçalves de Lima [Secretária de Organização], Nilton Aparecido Stein [Secretário de Formação Política Sindical e Cultura], Cleiton Costa Denez [Secretário Executivo de Formação Política Sindical e Cultura], Daniel Popilnicki [Secretário de Comunicação], Cláudia Gruber [Secretária Executiva de Comunicação], Daniel Nascimento Matoso [Secretário de Sindicalizados(as)], Marlei Fernandes de Carvalho [Secretária de Assuntos Jurídicos], Simone Barbosa [Secretária de Política Sindical], Jussara Aparecida Ribeiro [Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos], Nádia Aparecida Brixner [Secretária de Funcionários(as)], Tatiana Nanci da Maia [Secretária da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBTI+], Clodoaldo Beraldo Antunes [Secretário Executivo da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBTI+], Celina do Carmo da Silva Wotcoski [Secretária de Promoção de Igualdade Racial e Combate ao Racismo], Tereza de Fátima dos Santos Rodrigues Lemos [Secretária de Saúde e Previdência], Márcio André Ribeiro [Secretário Executivo de Saúde e Previdência].

Organização: Secretaria Educacional | **Diagramação:** Rodrigo A. Romani (DRT 7756-PR) | **Ilustração da capa:** Altvista | **Revisão:** Gelinton Cruz (MTb 8027-PR)

Impressão: WL Impressões | **Tiragem:** 40.000 exemplares.



appsindicato.org.br



APP-Sindicato



@appsindicato



@appsindicato

Eles passarão... Eu, passarinho!

Um balanço da política educacional e da resistência da escola pública paranaense (2019–2026)

*“Todos esses que aí estão
Atravancando o meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho!”*

(Mário Quintana)

A ofensiva empresarial e a inflexão da política educacional do governo Ratinho Jr.

O período iniciado em 2019 aprofunda uma ofensiva empresarial e uma inflexão profunda na política educacional do Paraná. Sob o discurso da modernização, da eficiência e da inovação, o governo Ratinho Junior executa um projeto educacional coerente com a racionalidade neoliberal contemporânea. Não se trata de medidas isoladas ou de ajustes administrativos pontuais, mas de um projeto estruturado de reorganização da educação pública, que redefine o papel do Estado, subordina a escola à lógica do mercado e converte o processo educativo em objeto permanente de gestão, controle e mensuração.

Nesse ciclo político, consolida-se uma concepção de educação como mercadoria, e não como direito social. A escola passa a ser tratada como unidade empresarial; as(os) estudantes, como indicadores de desempenho; as professoras, os professores, as funcionárias e funcionários como executoras(es) de metas previamente definidas. Esse movimento corresponde ao que Freitas (2018) define como reforma empresarial da educação: a incorporação de princípios gerencialistas, competitivos e produtivistas no interior da escola pública, deslocando o sentido da educação do campo da formação humana para o da eficiência mensurável.

Avaliação, padronização e a cultura de controle e concorrência

Avaliações em larga escala, rankings, padronização curricular e plataforma reorganizam profundamente o cotidiano escolar. Em nome da busca



Foto: Altvista / APP-Sindicato

obsessiva por posições no Ideb, foram-se resultados, falseam-se dados e naturaliza-se uma cultura de concorrência hostil, individualizante e adoecedora, em detrimento da formação humana integral. Como alerta Laval (2019), quando a escola passa a operar segundo a lógica empresarial, deixa de ser espaço de formação crítica e emancipadora para se converter em instrumento de adaptação funcional às exigências do mercado.

A gestão por resultados impõe mecanismos permanentes de controle e vigilância. Tutorias, “embaiadoras(es)”, observações em sala, metas semanais e sistemas digitais convertem-se em instrumentos cotidianos de pressão e monitoramento. À luz das análises de Foucault (1987), observa-se a atualização de dispositivos disciplinares, agora mediados por tecnologias digitais, que produzem corpos dóceis, subjetividades conformadas e trabalhadoras(es) permanentemente avaliadas(os). O controle deixa de ser apenas externo e passa a ser internalizado no cotidiano escolar.

Valorização profissional em disputa permanente

Essa dinâmica incide diretamente sobre o trabalho docente. A formação continuada é esvaziada de conteúdo crítico e reduzida a um instrumento de padronização pedagógica, voltada à implementação de protocolos, metodologias e plataformas. A(o) professora(professor) deixa de ser sujeita(o) do processo educativo para tornar-se operadora(operador) de sistemas e executora(executor) de rotinas. Esse cenário dialoga com a análise de Han (2017), que caracteriza a sociedade do cansaço como um regime de autoexploração, intensificação permanente das exigências de desempenho e generalização do adoecimento psíquico.

A ofensiva privatista também se expressa na extinção dos cargos de Agente Educacional I e II. Ao substituir vínculos públicos estáveis por contratos precarizados, o governo fragiliza o funcionamento das escolas, compromete o trabalho coletivo e apro-

funda a lógica de redução de custos. Trata-se da materialização da crítica de Mészáros (2008), segundo a qual a subordinação estrutural da educação às necessidades do capital inviabiliza qualquer projeto educativo orientado à emancipação humana.

No campo da valorização profissional, o período combina reajustes pontuais com ataques estruturais. Permanecem em disputa a data-base, o Piso Salarial Profissional Nacional, a recomposição das perdas inflacionárias, o desconto previdenciário, que penaliza ativas(os) e aposentadas(os), e os ataques aos direitos previdenciários. Soma-se a isso a luta histórica pela hora-atividade, direito reconhecido judicialmente, mas não implementado, intensificando a sobrecarga e a precarização do trabalho docente.

Ataques à gestão democrática, pensamento único e naturalização da privatização

A gestão democrática da escola pública é alvo de ataques sistemáticos. Observam-se a ingerência direta da Secretaria da Educação no cotidiano escolar, o esvaziamento dos colegiados, a imposição de mecanismos de habilitação e a destituição de direções eleitas. No oitavo ano do governo Ratinho Jr., a rede estadual conta com 345 escolas cívico-militares, 96 escolas privatizadas e 408 escolas em tempo integral, totalizando 849 escolas com direções indicadas pela Secretaria, sem eleição democrática. Isso representa cerca de 40% da rede estadual.

Esse processo expressa o que Santos (2015) denomina pensamento único: uma racionalidade que se apresenta como técnica, neutra e inevitável, mas que oculta escolhas políticas, interesses econômicos e projetos de sociedade. A militarização, a privatização e a gerencialização da escola pública são naturalizadas como soluções modernas, quando, na realidade, aprofundam desigualdades e corroem o direito à educação democrática.

Foto: João Paulo Nunes Vieira / APP-Sindicato



Foto: Bruna Durigan / APP-Sindicato



Privatização e parcerias público-privadas

É nesse contexto que se impõe o Programa Parceiro da Escola. A denúncia é inequívoca: não existe gestão administrativa neutra. Quem controla orçamento, contratos, serviços e rotinas interfere diretamente no cotidiano escolar, nas condições de trabalho e no projeto pedagógico. O programa representa a privatização da gestão escolar e a submissão da educação pública à lógica empresarial.

Desde o primeiro ano de gestão, em 2019, o governo do Paraná instituiu o Programa de Parcerias do Paraná (PAR), estabelecendo metas amplas de desestatização e ampliação das parcerias com a iniciativa privada em áreas estratégicas do serviço público. No campo educacional, esse programa instaura uma nova etapa da ofensiva privatista, agora estendida também à infraestrutura escolar.

Uma de suas principais iniciativas é o Programa Mais Escolas Paraná, estruturado como Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de concessão administrativa, prevendo a construção, manutenção e operação de unidades educacionais da rede estadual em diferentes municípios. Embora o discurso oficial enfatize a ampliação de vagas e a modernização da infraestrutura, esse modelo transfere ao setor privado a gestão de serviços essenciais ao funcionamento cotidiano das escolas, por meio de contratos de longo prazo.

O próprio governo reconhece que a implementação do Programa Paraná Integral, instituído em 2023, elevou significativamente a demanda por infraestrutura escolar adequada à jornada ampliada. No entanto, essa política não foi acompanhada de planejamento educacional prévio capaz de garantir condições materiais e estruturais suficientes. A ausência de planejamento passou, então, a ser utilizada como justificativa para a adoção das PPPs, convertendo uma necessidade legítima da educação pública em oportunidade de negócios para o capital privado.

Nesse contexto, o governo estadual incluiu no calendário oficial o leilão do Programa Mais Escolas Paraná para o primeiro semestre de 2026, já com estimativa de investimentos da ordem de R\$ 7 bilhões, conforme documentos e informações divulgadas pela própria Secretaria da Educação. Trata-se de um dos maiores processos de concessão envolvendo infraestrutura educacional no país, consolidando a transferência de recursos públicos a grupos econômicos por meio de contratos de longa duração. Considerando que o investimento privado se orienta pela lógica do lucro, é possível antever os impactos desse modelo sobre a política educacional paranaense nos próximos anos, com a submissão do planejamento público a contratos financeiros e a ampliação da presença empresarial na estrutura material da escola pública.

Foto: Altvista / APP-Sindicato



Resistência coletiva

Contra essa ofensiva, constrói-se o movimento Não Venda a Minha Escola, transformando consultas públicas em espaços de organização, enfrentamento e vitória política. Comunidades escolares rejeitam os projetos privatistas e afirmam, de forma contundente, que a escola pública não está à venda. Mesmo diante de expedientes autoritários e imposições administrativas, a resistência se mantém viva e organizada.

Ao longo de todo esse período, a APP-Sindicato exerceu papel central na defesa da escola pública paranaense. Por meio de mobilizações, assembleias, greves, ações jurídicas e articulação permanente com comunidades escolares, universidades e a sociedade, o sindicato organizou a resistência coletiva aos ataques à educação pública, aos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores e ao princípio da gestão democrática. Inspirada na tradição da pedagogia crítica, conforme sistematiza Azevedo (2010) ao dialogar com Paulo Freire, essa luta reafirma a educação como prática de liberdade e emancipação humana.

Encerramento de um ciclo político no Paraná

Este balanço se justifica também por marcar o encerramento de um ciclo político no Paraná. Após dois mandatos consecutivos, o governo Ratinho Ju-

nior deixa como legado um projeto educacional coerente com o projeto político neoliberal e privatizador, sistemático e ideologicamente orientado. Sob sua liderança, a Secretaria da Educação tornou-se laboratório de implementação de reformas alinhadas à lógica de mercado. A gestão de Renato Feder consolidou a introdução de plataformas privadas, métricas de desempenho e mecanismos intensivos de controle. Sua continuidade, sob Roni Miranda Vieira, confirma que se trata de uma política de Estado, aprofundada por programas como o Parceiro da Escola e pelas Parcerias Público-Privadas na infraestrutura educacional.

A influência de fundações empresariais, como a Fundação Lemann e organizações congêneres, cumpre papel decisivo nesse processo. Essas entidades operam como *think tanks* do neoliberalismo educacional, isto é, espaços privados de formulação, difusão e legitimação de ideias, diagnósticos e modelos de gestão que, embora não submetidos a eleições e ao debate público, passam a orientar decisões públicas estratégicas. Ao deslocarem o debate educacional do campo político-democrático para o campo técnico-gerencial, esses *think tanks* atuam como mediadores ideológicos da reforma empresarial da educação e contribuem para reprogramar o Estado segundo critérios empresariais.

Essa engrenagem política, administrativa e ideológica pode ser compreendida à luz de Dardot e Laval, para quem o neoliberalismo constitui uma nova razão do mundo, uma racionalidade de go-

verno que reorganiza instituições, subjetividades e práticas sociais. Na educação, essa racionalidade converte direitos em serviços, escolas em unidades de gestão, profissionais em empreendedoras(es) de si e estudantes em capital humano, naturalizando a concorrência, a avaliação permanente e a subordinação do público ao privado.

Reconhecer esse processo é fundamental para compreender que o encerramento deste ciclo abre uma possibilidade histórica. Interromper e derrotar esse projeto político-educacional exige dismantling seus mecanismos privatistas, restituir à educação seu princípio público, fortalecer a gestão democrática e recolocar a formação humana integral no centro da política educacional.

Eles passarão... no horizonte uma educação humanizadora, eu passarinho

Tentaram naturalizar a escola como empresa. Quiseram impor o mercado como horizonte. Mas encontraram resistência. Como no verso de Mário Quintana: “Eles passarão... eu passarinho.” Se eles passarão, é porque a escola pública, quando reconhece sua natureza pública, coletiva e democrática, encontra força para derrotar o projeto que a quer empresa, vitrine e mercadoria. Passarinho que resiste, organiza e luta. Seguimos em marcha, porque nosso horizonte segue sendo a educação humanizadora, democrática e emancipadora.

REFERÊNCIAS:

- AZEVEDO, José André. Fundamentos filosóficos da pedagogia de Paulo Freire. Revista Akropolis, Umuarama, v. 18, n. 1, p. 37-47, 2010.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREITAS, Luis Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Petrópolis: Vozes, 2017.
- LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- PARANÁ. Programa de Parcerias do Paraná – PAR. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2019.
- PARANÁ. Programa Parceiro da Escola. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2024.
- PARANÁ. Programa Paraná Integral. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2023.
- PARANÁ. Programa Mais Escolas Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2025.
- PARANÁ. Colégios Cívico-Militares da rede estadual de ensino. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2024.
- PARANÁ. Relação de instituições de ensino da rede estadual. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2025.

Redes municipais em luta: ano novo, desafios renovados

O ano de 2026 inicia com um impasse no Fórum Nacional do Piso para a fixação de um novo parâmetro de reajuste do piso que assegure a reposição da inflação e o ganho real. Com isso, estamos lutando para alterar as regras atuais de atualização do PSPN, que apontam para um reajuste de apenas 0,37%, o que é inadmissível. Mas com um esperançar, como ensina Paulo Freire, lutamos para que uma nova legislação, ainda que por Medida Provisória, corrija as distorções e assegure valorização profissional.

Precisamos comemorar uma conquista histórica para a educação infantil, com a sanção, pelo presidente Lula, da Lei nº 15.326/2026, que alterou a LDB, definindo como profissionais da educação escolar básica as(os) professoras(es) da educação infantil, estabelecendo que devem ser enquadradas(os) na carreira do magistério, independentemente da designação do cargo que ocupam. A mesma lei alterou a Lei nº 11.738/2008 e reafir-

mou o princípio da integralidade entre cuidar, brincar e educar, independentemente da designação do cargo ou da função que ocupam.

Essas lutas colocam nossas direções regionais e municipais em prontidão para reestruturar os planos de carreiras que não asseguram o magistério como a base da carreira, não pagam o piso nacional e não reconhecem as(os) profissionais da educação infantil, nas mais diversas denominações, como docentes. Para tanto, precisamos realizar as Assembleias Municipais para eleger nossas Direções Municipais, cumprindo o Estatuto da APP-Sindicato e o Regulamento de Eleição das novas Direções Municipais.

Este ano, teremos eleições gerais e devemos estar preparadas(os) para intervir na representação da categoria nestes espaços de poder. Pois, como nos ensina Platão, “quem não gosta da política é governado por quem gosta”.

Um bom ano, muita organização, luta e energias positivas para que sejamos sujeitas(os) da nossa história.

Foto: Luiz Damasceno / APP-Sindicato



V Encontro Estadual de Municipais da APP-Sindicato, realizado em março de 2024, em Curitiba

Funcionárias(os) de escola: sem Agente a escola para!



Foto: Arquivo/APP-Sindicato

A principal função da escola é a transformação social através da construção da cidadania, uma tarefa coletiva que depende da colaboração entre governos e sociedade. Essa construção ocorre no ambiente escolar, onde, além das(os) professoras(es), outras(os) sujeitas(os) são fundamentais: as(os) funcionárias(os) de escola. Elas(es) são indispensáveis para a organização e estrutura da educação, exercendo um papel vital nos processos educativos e na vivência coletiva. Sua valorização é imprescindível.

No entanto, no Paraná, tem-se vivido um sucateamento da educação e a desvalorização dessas(es) profissionais. A Lei 20.199/2020, aprovada durante a pandemia, extinguiu os cargos de Agente Educacional I e II e abriu caminho para a terceirização, gerando desorganização e maior desvalorização deste segmento.

A APP-Sindicato lutou contra esse e outros ataques e, em conjunto com a CNTE, defende a profissionalização das(os) funcionárias(os), o piso salarial nacional, melhores condições de trabalho, a contratação via concurso público e a valorização salarial, combatendo a terceirização. Para essas conquistas, a luta coletiva é fundamental. O sindicato seguirá fortalecendo a organização dessas(es) profissionais através do trabalho de base, formação, redes sociais e ferramentas comunicativas.

Nestes dias pedagógicos, é importante estudar a nova carreira (QFEB) e os documentos profissionais, encaminhando dúvidas para o e-mail funcionarios@app.com.br.

“Sem Agente a escola para, porque nós fazemos a educação acontecer!”

RAZÕES PARA SE SINDICALIZAR

A APP-Sindicato defende você!

O sindicato é a sua voz na hora de negociar e cobrar do Estado e dos Municípios os seus direitos.

Assistência Jurídica

Na Justiça, o Sindicato representará você em ações coletivas ou individuais. Os valores repassados à categoria em vitórias judiciais somam mais de R\$ 300 milhões desde 2018, com cerca de 30 mil educadoras(es) beneficiadas(os).

Mais de 300 convênios

A APP-Sindicato oferta descontos exclusivos para sindicalizadas(os).

Serviço de Atendimento à(ao) Sindicalizada(o)

Atendimento personalizado às(aos) sindicalizadas(os), prestando informações a respeito da vida funcional e outras questões.

Formação e cultura

Sindicalizadas(os) têm acesso a cursos de formação com certificação e eventos culturais. Também podem integrar os diversos coletivos da APP.

Tenha voz e voto

Sindicalizada(o) tem direito a voz e voto nas assembleias, ajudando a construir os rumos da luta.

Colônias de Praia

Sindicalizadas(os) e seus familiares ou convidadas(os) podem desfrutar das Colônias de Praia em Itapoá e Guaratuba.

Casas da APP

Sindicalizadas(os) encontram alternativas de hospedagem a baixo custo localizadas em Curitiba, Londrina, Maringá, Pato Branco e Ponta Grossa.

Defenda a APP!

Um sindicato forte é o principal instrumento de luta e resistência da classe trabalhadora. Com ele, a categoria ganha poder de pressão e negociação junto aos governos.

Defender a APP-Sindicato é defender os seus direitos!

SINDICALIZE-SE!

 (41) 2170-2500

Por que ler um clássico?

Há determinadas obras literárias que transcendem tempo e espaço. Tornam-se clássicos. Segundo Ítalo Calvino, um clássico oferece experiências humanas universais que levam a(o) leitora(leitor) à autorreflexão sobre sua condição humana, sobre a sociedade em que vive. São obras que trazem em si uma força interna que balançam crenças, valores, conceitos. Muitas vezes, a(o) leitora(leitor), ao se deparar com um clássico, estremece. Julga a leitura complexa e, se começar difícil, surgem duas opções: abandonar ou persistir. É o caso de obras como Grande Sertão: Veredas (Guimarães Rosa) ou Ulisses (James Joyce).

Mas, nossa sugestão de leitura é leve. Vai ao encontro com a Agenda 2026 da APP-Sindicato, que traz pequenas doses do Auto da Compadecida, obra de Ariano Suassuna. Encenada pela primeira vez em 1956, na cidade do Recife (PE), a obra completou 70 anos, com diversas encenações e adaptações para TV e cinema.

Ariano Suassuna é um escritor polivalente. Seus textos são diversificados: romances, ensaios, dramaturgia e poesia; sendo suas principais características a valorização da cultura e do folclore nordestinos. Com uma linguagem coloquial, repleta de ironia e aspectos cômicos e trágicos, elevaram o autor a um dos principais nomes da literatura brasileira.

A plasticidade, a atemporalidade e o enredo ímpar do Auto da Compadecida fizeram com que ele fosse considerado o texto mais popular do moderno teatro brasileiro. A obra trata-se de um drama ocorrido no nordeste brasileiro e traz elementos da literatura de cordel, misturando a comédia e o barroco católico brasileiro. Tendo como protagonistas Chicó e João Grilo, é composta por três atos: ato I - morte do cachorro da mulher do padeiro; ato II - confronto com o cangaceiro Severino e; ato III - julgamento de João Grilo onde rivalizam o Diabo e a Compadecida.

João Grilo é o grande movimentador da peça e o personagem tem suas origens nos pícaros do final do século XIX, em Portugal. Já no Brasil, o Grilo surge em 1932, na literatura de cordel produzida por João Ferreira de Lima (PE). Tão grande sua identificação com as camadas populares e seu ímpeto vingador e justiceiro das(os) pobres, que outras(os) autoras(es) também contaram as peripécias do personagem mas, foi com Ariano Suassuna que ele ganhou o restante do país.

A história de João Grilo e Chicó nos soa tão familiar porque: “O clássico não necessariamente nos ensina algo que não sabíamos; às vezes descobrimos nele algo que sempre soubéramos (ou acreditávamos saber) mas desconhecíamos que ele o dissesse primeiro [...]” (CALVINO, 1993, p.12).

REFERÊNCIAS:

SUASSUNA, Ariano. Auto da Compadecida. 34ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 2002.
CALVINO, Ítalo. Por que ler os clássicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

A Educação e a libertação das Mulheres!

A Educação, como processo de libertação e emancipação das mulheres, se faz necessária a partir do reconhecimento de que a humanidade deve muito às mulheres e deve muito mais às mulheres negras. As estruturas que criaram as formas de controle sobre as mulheres como força de trabalho, submetidas aos interesses do sistema produtivo e dos homens, também privaram as mulheres do direito de aprender a ler livros, ler o mundo e compreender a própria história.

Lutas intensas foram travadas pelas mulheres pelo direito à Educação, pelo acesso ao conhecimento e à emancipação das condições de subordinação e dominação do patriarcado, do racismo e do capitalismo.

A leitura de Angela Davis é um chamado à redefinição do lugar

das mulheres e da compreensão sobre os eixos estruturantes da sociedade. Articula os temas sobre gênero, raça e classe a partir do desenvolvimento do capitalismo e sua consolidação como estrutura voltada ao lucro e à desumanização da vida, à exploração do trabalho e dos corpos, muito mais acentuadas sobre as mulheres e sobre as mulheres negras.

Demonstra que a separação estrutural entre a economia pública, antes e depois do capitalismo, e a economia privada do lar, serviram à naturalização da superexploração das mulheres e da coerção exercida sobre as mulheres negras escravizadas. Coerção exercida também pelo abuso sexual e que sobreviveu à abolição da escravatura.

As diversas formas de violência exercidas sobre as mulheres, são as expressões da relação de poder criadas pelo machismo, patriarcado, racismo

e capitalismo. A violência letal, hoje qualificada no Brasil pelo feminicídio, se sustenta pela licença histórica que estas estruturas deram aos homens para controlar a vida, o desejo e a autonomia das mulheres.

A obra de Angela Davis questiona os modelos universais de feminilidade e de submissão às estruturas dominantes. E aponta que a luta das mulheres contém potencial revolucionário explosivo.

A intersecção entre as lutas feminista, antirracista e anticapitalista é uma provocação a pensar e agir para construir um mundo em que as mulheres vivam sem violência e sem feminicídio.

REFERÊNCIA:

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

Organização no Local de Trabalho (OLT) e assédio

“Escola é, sobretudo, gente. Gente que trabalha, que estuda, que alegra, se conhece, se estima.”
(Paulo Freire)

Quando se pensa na escola, qual imagem vem antes em sua mente? Lugar onde a educação acontece, feito por gente que estuda, trabalha, planeja, ensina, aprende, dialoga, concorda, discorda, nutre o respeito, que participa de um espaço plural, coletivo e democrático?

Mas, infelizmente, a escola está se tornando, com as políticas neoliberais, lugar onde as metas, planilhas e resultados se sobrepõem ao humano, causando desconforto e dúvidas nas(os) educadoras(es) que realizam o trabalho pedagógico. Isso tem levado ao adoecimento. Sob a gestão de Roni Miranda e Ratinho Jr., a escola cada vez mais reafirma a filosofia do vigiar e punir, cuja marca principal é o assédio moral e institucional, na busca de obter melhores indicadores educacionais.

O assédio moral é um fenômeno que ultrapassa o simples conflito interpessoal. Trata-se de uma violência psicológica contínua que visa desestabilizar a vítima, forçando-a a desistir do emprego ou destruindo sua reputação profissional. “O assédio moral institucional é uma forma de violência organizacional, sendo entendido como um conjunto abusivo de condutas vexatórias, humilhantes e constrangedoras decorrentes de relações trabalhistas e são exercidas constantemente (...) por meio da ofensa a seus direitos fundamentais, podendo resultar em

danos morais, físicos e psíquicos”. Tema esse aprofundado na Cartilha de Enfrentamento ao Assédio Moral Institucional na Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato, 2025), que apresenta conceitos e aponta caminhos para o enfrentamento ao assédio produzido pelo governo.

A atual política educacional do Paraná desconsidera a natureza e especificidade da educação pública. Para Saviani (2015), a educação não é um trabalho qualquer. A natureza do trabalho educativo se caracteriza como produção não material. O produto não se separa da produção (aula consumida ao mesmo tempo em que é produzida); sua especificidade refere-se a conhecimentos, ideias, atitudes, hábitos, valores, símbolos - formação da humanidade em cada indivíduo(o). Por isso, é necessário que a escola tenha, como princípios, a organização coletiva do trabalho, a gestão democrática e a autonomia pedagógica.

O enfrentamento a este modelo que adocece passa pela retomada do trabalho coletivo e, consequentemente, pela organização por local de trabalho (OLT). Historicamente, a OLT foi, e continua sendo, o principal instrumento de organização da classe trabalhadora. É no local de trabalho que produzimos a cultura da escola, referendando, fortalecendo ou questionando e assim nos constituindo coletivamente. Este é o espaço privilegiado de organização, escu-

ta e participação sindical. A organização e representação sindical por local de trabalho é instrumento para acolher, combater e denunciar o assédio moral e institucional, identificar as demandas, debater, dialogar, conhecer direitos e fortalecer a luta coletiva.

Portanto, durante estes dias pedagógicos, é imprescindível a realização, em cada escola, da eleição das(os) representantes sindicais de funcionárias(os) e de professoras(es), formando assim a Comissão Sindical Escolar. O processo de eleição deve ser registrado em ata e encaminhado para a Diretoria do Núcleo Sindical da APP-Sindicato. O modelo de ata está disponível no site da APP-Sindicato e pode ser acessado no QR-Code abaixo.



REFERÊNCIAS:

- APP-SINDICATO. Cartilha de Enfrentamento ao Assédio Moral Institucional na Educação Pública do Paraná, 2025.
SAVIANI, Dermeval. “Sobre a natureza e especificidade da educação”.
Germinal: Marxismo e educação em debate, v. 7, n. 1, 2015.

Assembleia Estadual Extraordinária da APP-Sindicato

Dia **7 de fevereiro de 2026**,
em **Curitiba/PR**

Local: AABB de Curitiba (Av. Víctor Ferreira do Amaral, 771)

